

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

PROCESSO Nº 48500.005784/00-02

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 090/2001 - ANEEL - AHE CAPIM BRANCO I E II

DE USO DE BEM PÚBLICO PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, QUE CELEBRAM A UNIÃO E O CONSÓRCIO CAPIM BRANCO ENERGIA.

A UNIÃO, doravante designada apenas **Poder Concedente**, no uso da competência que lhe confere o art. 21, inciso XII, alínea "b", da Constituição Federal, por intermédio da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - **ANEEL**, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autarquia em regime especial, com sede a SGAN, Quadra 603, Módulo I e J, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29 representada por seu Diretor-Geral, José Mário Miranda Abdo, nos termos do inciso V do art. 10 do Anexo I - Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, doravante designada **ANEEL** e as empresas:

- a) **CEMIG Capim Branco Energia S.A.**, com sede à Av. Barbacena, nº 1200, 12º andar, Ala A2 - Parte, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.432.851/0001-64, doravante denominada **CEMIG CAPIM BRANCO**, **Concessionária** de **Produção Independente** de energia elétrica, representada na forma de seu Estatuto Social pelo seu Diretor-Presidente Guy Maria Villela Paschoal e pelo Diretor, Stalin Amorim Duarte;
- b) **Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.**, com sede na Rua Dr. Prudente de Moraes, nº 4006, Setor "B", Bairro do Areião, Município de Suzano, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.692.219/0001-77, doravante denominada **PAINEIRAS**, **Concessionária** de **Produção Independente** de energia elétrica, representada na forma de seu Contrato Social pelo seu Diretor Vice-Presidente, David Feffer e por seu Diretor Executivo, Osni Aparecido Sanchez;
- c) **Companhia Vale do Rio Doce**, com sede na Avenida Graça Aranha, nº 26, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.592.510/0001-54, doravante denominada **CVRD**, **Concessionária** de **Autoprodução** de energia elétrica, representada na forma de seu Estatuto Social pelo seus Diretores, Gabriel Stollár e Luiz Paulo Marinho Nunes;
- d) **Companhia Mineira de Metais**, com sede na Rodovia BH/Brasília BR 040, Km 284,5, Município de Três Marias, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.177.999/0001-41, doravante denominada **CMM**, **Concessionária** de **Autoprodução** de energia elétrica, representada na forma de seu Estatuto Social pelo seu Diretor-Presidente Antônio Miguel Marques e por seu Diretor-Superintendente, Mario Ermírio de Moraes;

- e) **Camargo Corrêa Cimentos S.A.**, com sede na Rua Funchal, nº 160, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.258.884/0001-36, doravante denominada **CAMARGO**, **Concessionária** de **Autoprodução** de energia elétrica, representada na forma de seu Estatuto Social pelo seu Diretor Superintendente, Wilson Carnevalli Filho e pelo Diretor Financeiro e Administrativo, Carlos Roberto Ogeda Rodrigues, integrantes do Consórcio Capim Branco Energia, doravante designadas simplesmente **Concessionárias**, por este instrumento e na melhor forma do direito, têm entre si ajustado o presente

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, que se regerá pelo Código de Águas, aprovado pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 852, de 11 de novembro de 1938, pelo Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, aprovado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, pelas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648 de 28 de maio de 1998, pelos Decretos nº 2.003, de 10 de setembro de 1996 e nº 2.655, de 02 de julho de 1998, pela legislação superveniente e complementar, pelas normas e regulamentos expedidos pelo **Poder Concedente** e pela **ANEEL** e pelas condições estabelecidas nas Cláusulas a seguir indicadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

Este Contrato regula a exploração, pela **Concessionária**, do potencial de energia hidráulica localizado no rio Araguari, nos Municípios de Uberlândia e Araguari, denominado **Central Geradora** Capim Branco I e Capim Branco II, com potência instalada mínima de 240 MW e 210 MW, respectivamente, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 1 de agosto de 2001, publicado no Diário Oficial nº 147-E de 2 de agosto de 2001, bem como das respectivas **Instalações de Transmissão de Interesse Restrito às Centrais Geradoras**, que compreendem, para a **Central Geradora** Capim Branco I, duas linhas de transmissão em 500 kV, circuito simples, que seccionarão o circuito em 500 kV, entre Emborcação e Nova Ponte, distando, aproximadamente, 40 km da **Central Geradora** ao ponto de seccionamento. Para a **Central Geradora** Capim Branco II, a conexão ao sistema se fará através de duas linhas de transmissão em 138 kV, circuito duplo, uma que interliga a **Central Geradora** à subestação Uberlândia 1 e outra interligando-a à subestação Uberlândia 7. O conjunto formado pelas **Centrais Geradoras** e as **Instalações de Transmissão de Interesse Restrito às Centrais Geradoras** serão doravante denominadas, neste Contrato, como **Aproveitamentos Hidrelétricos**.

Subcláusula Primeira - Os **Aproveitamentos Hidrelétricos** terão as características técnicas previstas na Cláusula Quinta deste Contrato e será construído conforme as condições indicadas na Cláusula mencionada e de acordo com o cronograma físico aprovado pela **ANEEL**.

Subcláusula Segunda - A energia elétrica produzida nas **Centrais Geradoras** será comercializada ou utilizada pela **CEMIG CAPIM BRANCO** e **PAINEIRAS**, tendo em vista a condição de **Produtores Independentes** e pela **CVRD**, **CMM** e **CAMARGO** a condição de **Autoprodutores**, nas condições estabelecidas neste Contrato e nas normas legais específicas.

Subcláusula Terceira - As **Instalações de Transmissão de Interesse Restrito às Centrais Geradoras** são consideradas parte integrante da concessão de geração de energia elétrica de que trata este Contrato.

Subcláusula Quarta - A concessão para o Aproveitamento Hidrelétrico será exercida com observância das quotas de participação no Consórcio Capim Branco Energia - CCBE, a seguir transcritas:

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

EMPRESA	QUOTA (%)
CEMIG Capim Branco	20
PAINEIRAS	17
CVRD	46
CMM	12
CAMARGO	5

Subcláusula Quinta - A **CVRD** será responsável, perante o **Poder Concedente** e a **ANEEL**, de acordo com o estabelecido no Contrato de Constituição do Consórcio Capim Branco Energia - CCBE, do qual as Concessionárias são signatárias, e da legislação em vigor, pelo cumprimento do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais **Concessionárias**, quanto às obrigações aqui previstas.

Subcláusula Sexta - As demais **Concessionárias** obrigam-se a prestar informação à líder **CVRD**, para que a mesma possa cumprir suas responsabilidades perante a **ANEEL**.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DA CONCESSÃO E DO CONTRATO

O presente Contrato de Concessão tem prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contado a partir da data de sua assinatura.

Subcláusula Primeira - O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da **ANEEL**, nas condições que forem estabelecidas, a critério da **ANEEL**, mediante requerimento da **Concessionária**, desde que a exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétrica** esteja nas condições estabelecidas neste Contrato, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Subcláusula Segunda - O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo deste Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica, inclusive o pagamento de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, bem como de quaisquer outros encargos previstos nas normas legais e regulamentares então vigentes.

Subcláusula Terceira - A **ANEEL** manifestar-se-á sobre o requerimento de prorrogação até o 18º (décimo oitavo) mês anterior ao término do prazo da concessão. Na análise do pedido da prorrogação, a **ANEEL** levará em consideração todas as informações sobre a exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, devendo aprovar ou rejeitar o pleito dentro do prazo anteriormente previsto. O deferimento do pedido levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada, por parte da **Concessionária**, conforme relatórios técnicos fundamentados, emitidos pela fiscalização da **ANEEL**.

CLÁUSULA TERCEIRA - OPERAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS E COMERCIALIZAÇÃO DA ENERGIA

Na exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** referidos neste Contrato, a **Concessionária** terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições deste Contrato, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do **Poder Concedente** e da **ANEEL**.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

Subcláusula Primeira - As **Centrais Geradoras** serão operadas na modalidade integrada, através de despacho centralizado, visando assegurar a otimização dos recursos eletroenergéticos existentes e futuros, segundo procedimentos adotados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico- **ONS**.

Subcláusula Segunda - A **Concessionária** deverá participar do Mercado Atacadista de Energia - **MAE** e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - **ONS**, nas condições previstas no Acordo de Mercado e no Estatuto do **ONS**, submetendo-se às regras e procedimentos emanados pelo **MAE** e **ONS**.

Subcláusula Terceira - A operação das **Centrais Geradoras** deverá ser feita de acordo com critérios de segurança, segundo as normas técnicas específicas e nos termos da legislação.

Subcláusula Quarta - A potência assegurada das **Centrais Geradoras** Capim Branco I e II, após a completa motorização, de acordo com o disposto no art. 21 do Decreto nº 2.655, de 1998, é de 220,8 MW e 194,7 MW, respectivamente.

Subcláusula Quinta - A energia assegurada das **Centrais Geradoras** Capim Branco I e II, e de acordo com o disposto no art. 21 do Decreto nº 2.655, de 1998, é de 1.357.800 MWh/ano e 1.147.560 MWh/ano, respectivamente, após a completa motorização.

Subcláusula Sexta - Durante o período de motorização das **Centrais Geradoras**, sua potência e energia asseguradas serão as seguintes:

AHE	Unidade	Potência Assegurada (MW)	Energia Assegurada (MWh/ano)
Capim Branco I	1ª unidade	74,5	628.092
	2ª unidade	149,1	1.255.308
	3ª unidade	220,8	1.357.800
Capim Branco II	1ª unidade	65,2	549.252
	2ª unidade	130,4	1.098.504
	3ª unidade	194,7	1.147.560

Subcláusula Sétima - A potência e a energia assegurada das **Centrais Geradoras** foram definidas considerando os elementos da viabilidade que caracterizam o empreendimento, conforme Subcláusula Primeira da Cláusula Quinta.

Subcláusula Oitava - Os valores de energia e potência asseguradas serão revisados na forma da legislação.

Subcláusula Nona - No caso da **Concessionária** apresentar projeto básico alterando o número de unidades geradoras das **Centrais Geradoras**, as potências e as energias asseguradas parciais serão recalculadas, mantendo-se os valores finais, e constarão do respectivo documento de aprovação do projeto básico.

Subcláusula Décima - A **Concessionária** de Produção Independente poderá utilizar para consumo próprio e/ou comercializar livremente a sua parcela de energia e potência, nos termos dos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, e da Lei nº 9.648, de 1998, e seu regulamento, até o limite da potência e energia asseguradas para as **Centrais Geradoras**.

Subcláusula Décima Primeira - A **Concessionária** de Autoprodução utilizará até o limite da sua parcela de potência e energia asseguradas das **Centrais Geradoras** exclusivamente nas instalações industriais indicadas na sua proposta, podendo comercializar seus excedentes de energia elétrica, eventual e temporária, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.648, de 1998, mediante autorização da **ANEEL**.

Subcláusula Décima Segunda - Em situação de racionamento de energia no Sistema Interligado, deverão ser obedecidos os critérios estabelecidos nas leis e regulamentos.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

CLÁUSULA QUARTA - AMPLIAÇÕES E MODIFICAÇÕES DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS.

As ampliações e modificações dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** deverão obedecer aos procedimentos legais específicos e às normas do **Poder Concedente** e da **ANEEL**. As ampliações e as modificações dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, desde que autorizadas e aprovadas pela **ANEEL**, incorporar-se-ão à respectiva concessão, regulando-se pelas disposições deste Contrato e pelas normas legais pertinentes.

Subcláusula Primeira - Para proceder a qualquer ampliação ou modificação dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, os estudos devem seguir as normas técnicas aplicáveis e serem submetidos à **ANEEL** para aprovação.

Subcláusula Segunda - Após emitido o ato de aprovação, se for o caso, a **Concessionária** deverá assinar Termo Aditivo a este Contrato com vistas a consolidar as modificações porventura ocorridas nas características dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**.

CLÁUSULA QUINTA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E INFORMAÇÕES BÁSICAS PARA A EXPLORAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS.

A construção dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** Capim Branco I e Capim Branco II serão efetuadas de acordo com as características técnicas definidas nos Estudos de Viabilidade aprovados, respectivamente, através dos Despachos nºs 414 e 415, do Superintendente de Gestão dos Potenciais Hidráulicos, de 22 de setembro de 2000, publicados no Diário Oficial de 25 de setembro de 2000, e a execução das obras deverá ocorrer conforme as normas técnicas da ABNT e outras aplicáveis.

Subcláusula Primeira - A **Concessionária** deverá submeter o Projeto Básico à aprovação da **ANEEL**, respeitando os elementos do projeto que estão a seguir relacionados, os quais caracterizam plenamente a obra a ser desenvolvida e não poderão ser alterados sem aprovação da **ANEEL**:

Elementos	AHE Capim Branco I	AHE Capim Branco II
a. Reservatório		
N.A. máximo maximum	625,50 m	566,21 m
N.A. máximo normal	624,00 m	565,00 m
N.A. mínimo normal:	624,00 m	565,00 m
b. Capacidade instalada mínima:	240 MW	210 MW
c. Descarga mínima de projeto do vertedouro	8.970 m³/s	8.990 m³/s

Subcláusula Segunda - A **Concessionária** poderá alterar a configuração das **Instalações de Transmissão de Interesse Restrito das Centrais Geradoras** descritas no *caput* da **Cláusula Primeira** deste Contrato, desde que solicitado à **ANEEL** juntamente com parecer do CCPE - Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão e do **ONS**, autorizando e demonstrando que tal modificação é a melhor para o Sistema Interligado, devendo observar a itemização constante do **Anexo 03** deste Edital, além do "Manual de Normas Técnicas e Procedimentos Jurídicos", DNAEE, setembro de 1977, envolvendo as "Normas de Projetos" (Memorial Técnico Descritivo, características elétricas e características mecânicas).

Subcláusula Terceira - Correrão integralmente por conta e risco da **Concessionária** a elaboração dos Projetos Básico e Executivo, como também a construção dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL VISTO	
--------------------------------------	--

Subcláusula Quarta - Não serão consideradas pela **ANEEL** quaisquer reclamações que se baseiem na inadequação ou inexatidão dos Estudos de Viabilidade e Ambientais ou no desconhecimento das condições locais relativamente a materiais, mão-de-obra, equipamentos, pluviosidade, condições hidrológicas, geologia, geotecnia, topografia, estradas de acesso, infra-estrutura regional, meios de comunicação, condições sanitárias e tudo o mais que possa influenciar o prazo de execução, as licenças ambientais, a quantidade de energia gerada e o valor do investimento global correspondente aos **Aproveitamentos Hidrelétricos**.

Subcláusula Quinta - A **Concessionária** somente poderá dar início à exploração comercial dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** depois de devidamente autorizada pela **ANEEL**.

Subcláusula Sexta - O projeto e a construção das **Instalações de Transmissão de Interesse Restrito às Centrais Geradoras** serão de responsabilidade da **Concessionária** e deverão atender os requisitos técnicos, em conformidade com as normas vigentes.

CLÁUSULA SEXTA- PAGAMENTO PELO USO DO BEM PÚBLICO

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato a **Concessionária** recolherá à UNIÃO, do 7º ao 35º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura deste contrato, ou enquanto estiver na exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 1.615.000,00 (hum milhão, seiscentos e quinze mil reais), conforme Termo de Ratificação do Lance.

Subcláusula Primeira - O valor do pagamento estabelecido nesta Cláusula será alterado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - **IGP-M**, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na hipótese de extinção deste, o índice que vier a sucedê-lo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VPA_k = VPA_0 \times (IGP-M_k / IGP-M_0), \text{ onde:}$$

VPA_k = Valor de pagamento anual para ano k;

VPA₀ = Valor constante do *caput* desta Cláusula;

IGP-M_k = Valor do Índice Geral de Preços do Mercado- **IGP-M** relativo ao mês anterior à data do reajuste em processamento;

IGP-M₀ = Valor do Índice Geral de Preços do Mercado- **IGP-M** relativo ao mês anterior à data do **Leilão**.

Subcláusula Segunda - O atraso no pagamento do valor mensal devido pela concessão implicará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela não recebida e juros de mora de 1% a.m. (um por cento ao mês), independentemente da aplicação de outras penalidades cabíveis.

Subcláusula Terceira - Havendo parcelas em atraso, os pagamentos efetuados serão utilizados para quitação dos débitos, na ordem cronológica de seus vencimentos, do mais antigo para o mais recente, incluídos os juros e multas correspondentes.

Subcláusula Quarta - A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará a caducidade da concessão.

Subcláusula Quinta - O pagamento dos valores referidos nesta cláusula deverá ser feito mediante recolhimento na forma indicada pela **ANEEL**.

RECURSADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA E CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS

Para possibilitar a exploração do potencial hidráulico referido na Cláusula Primeira, a **Concessionária** assume todas as responsabilidades e encargos relacionados com a elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, devendo executá-los com observância das normas técnicas e exigências legais aplicáveis e de acordo com o cronograma físico aprovado pela **ANEEL**, de modo a garantir que a produção da energia elétrica seja iniciada até 15 de março de 2007.

Subcláusula Primeira - Sem prejuízo do disposto nas demais Cláusulas deste Contrato, constituem encargos específicos da **Concessionária**, na exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, o que se segue:

- I. cumprir todas as exigências do presente Contrato e do Edital de Leilão nº 03/2000 - **ANEEL** que lhe deu origem, da legislação atual e superveniente que disciplinem a exploração de potenciais hidráulicos, respondendo perante o **Poder Concedente** e a **ANEEL**, usuários e terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**;
- II. elaborar, por sua conta e risco, os projetos dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** e executar as obras correspondentes, tudo em conformidade com as normas técnicas e legais específicas e de acordo com o cronograma físico aprovado pela **ANEEL**, de modo a garantir a entrada em operação das unidades geradoras nas datas por este fixadas, assumindo todos e quaisquer ônus e responsabilidades pelos eventuais atrasos, ressalvados os provocados por atos do Poder Público e os decorrentes de casos fortuitos ou de força maior e a descoberta de materiais ou objetos estranhos à obra, de interesse geológico ou arqueológico, conforme Subcláusula Terceira desta Cláusula;
- III. A **Concessionária** deverá à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG os custos com o desenvolvimento dos Estudos de Inventário do Rio Araguari o valor de R\$ 2.457.048,72 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quarenta e oito reais e setenta e dois centavos) acrescido da remuneração prevista no art. 3º da Portaria DNAEE nº 40, de 26 de fevereiro de 1997, a partir de 12 de março de 1996, data de publicação da Portaria DNAEE nº 62, que aprovou tais estudos, até seu efetivo ressarcimento, e com o desenvolvimento com os Estudos de Viabilidade e Ambientais dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** o valor de R\$ 8.183.443,60 (oito milhões, cento e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta centavos), acrescido da remuneração prevista no art. 1º da Portaria DNAEE nº 40, de 26 de fevereiro de 1997, a partir de 25 de setembro de 2000, data de publicação dos Despachos nºs 414 e 415, que aprovou tais estudos, até seu efetivo ressarcimento. O ressarcimento deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após a emissão da licença ambiental prévia pelo órgão competente ou da assinatura do **Contrato de Concessão**, o que ocorrer por último.
- IV. realizar a gestão do reservatório das **Centrais Geradoras** e respectivas áreas de proteção;
- V. manter, onde forem determinadas pela **ANEEL**, as instalações e observações hidrológicas;
- VI. manter a reserva de água ou de energia, necessária ao atendimento de serviços públicos e respeitar os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante das **Centrais Geradoras**, observando as regras operativas do **ONS**;
- VII. instalar e manter sistema de aquisição de dados e de medição para fins de comercialização de energia e da supervisão operacional do sistema, bem como adequar meios para disponibilizar essas informações;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

VIII. manter, permanentemente, através de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** em perfeitas condições de funcionamento, inclusive adequado estoque de material de reposição;

IX. manter pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e treinado e em número compatível com o desempenho operacional, de modo a assegurar a continuidade, regularidade, eficiência e segurança da exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**;

X. manter e executar programas periódicos de inspeção, monitoramento, ações de emergência e avaliação da segurança das estruturas dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, instalando, onde aplicáveis, as instrumentações de controle de barragens, mantendo atualizada a análise e interpretação desses dados, os quais ficarão à disposição da fiscalização da **ANEEL**;

XI. organizar e manter registro e inventário dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar pela sua integridade, providenciando para que estejam sempre adequadamente cobertos por apólices de seguro, sendo vedado à **Concessionária** alienar ou ceder, a qualquer título, os bens e instalações considerados servíveis à concessão, sem a prévia e expressa autorização da **ANEEL**;

XII. respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, adotando todas as providências necessárias junto aos órgãos ambientais para obtenção dos licenciamentos e autorizações, por sua conta e risco, cumprindo todas as suas exigências, observando os prazos legais para a análise dos projetos por parte dos órgãos ambientais e comprometendo-se com a qualidade das informações porventura solicitadas pelo órgão ambiental competente;

XIII. submeter à prévia aprovação da **ANEEL** qualquer transferência de ações que implique mudança de seu controle acionário, bem como proposta de reestruturação societária da empresa;

XIV. subsidiar ou participar do planejamento indicativo do setor elétrico, abrangido pelo art. 174 da Constituição Federal, na forma e condições estabelecidas em regulamento;

XV. obedecer, na construção das obras dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, o seguinte cronograma básico:

Atividade	Data Limite	
	I	II
Início da concretagem da casa de força	01/06/2004	01/01/2005
Descida do rotor da 1ª turbina	01/06/2006	01/06/2006
Entrada em operação da 1ª unidade hidrogeradora	15/03/2007	15/03/2007

XVI. realizar a gestão documental e a proteção especial a documentos e arquivos, tais como os projetos de engenharia e ambientais, bem como os testemunhos de sondagens, por todo o tempo da concessão, conforme preconiza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e o Decreto nº 2.942, de 18 de janeiro de 1999;

XVII. celebrar os contratos de uso e conexão aos sistemas de transmissão e/ou de distribuição, nos termos da legislação específica;

XVIII. efetuar os pagamentos dos encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição decorrente da operação das **Centrais Geradoras**, nos termos da legislação específica;

XIX. a **Concessionária** deverá manter, permanentemente e durante o prazo da concessão, **Responsável Técnico** com qualificação igual ou superior àquele indicado na **Pré-Qualificação** constante do Edital de

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

Leilão nº 03/2000 e contratado conforme documentação apresentada. Havendo substituição, deverá ser comunicada à **ANEEL** para aprovação;

XX. A **Concessionária** deverá priorizar os trabalhos relativos aos contatos com os proprietários das áreas de terra atingidas pelos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, apresentando à **ANEEL**, em até 90 (noventa) dias, após a assinatura do **Contrato de Concessão**, relatório preliminar da situação.

Subcláusula Segunda - A **Concessionária** deverá adotar no que diz respeito a cessão de direito de uso de áreas marginais e ilhas do reservatório a ser formado pelas **Centrais Geradoras**, os seguintes procedimentos:

I. realizar vistoria permanente e manter diagnóstico anualmente atualizado da situação das áreas marginais ao reservatório e ilhas com identificação e cadastramento das ocupações, à disposição da **ANEEL**;

II. elaborar, em articulação com as comunidades envolvidas e outros órgãos gestores, um Plano Diretor para o reservatório, objetivando o disciplinamento, a preservação e a implementação de plano de usos múltiplos, em especial os de interesse público e social, como Planos da Bacia Hidrográfica, Planos Regionais de Desenvolvimento, Planos Diretores e/ou Planos de uso e ocupação dos solos municipais;

III. celebrar, com terceiros, contratos de cessão de direito de uso de áreas marginais ao reservatório, gratuitas, quando estiver presente interesse público e social, ou onerosa, nos demais casos:

a) os critérios de pagamento pelo uso das áreas marginais ao reservatório, a serem estabelecidos nos contratos de cessão onerosa pela **Concessionária** com terceiros, deverão observar os valores médios de arrendamento e/ou aluguel de áreas na região, considerando-se, para tanto, a finalidade específica de utilização dessas áreas (agropecuária, lazer e outros), em observância aos procedimentos preconizados pelas normas técnicas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas nºs NBR 8799 (áreas rurais), NBR 5676 (áreas urbanas) e NBR 8951 (glebas urbanizadas), ou as que venham a sucedê-las;

b) ocorrendo divergências entre a **Concessionária** e os interessados ou detentores do direito de uso, que não sejam amigavelmente solucionadas, a matéria deverá ser submetida, por iniciativa de qualquer das partes, à apreciação da **ANEEL**, que efetuará mediação objetivando composição amigável e, não havendo acordo, dirimirá o conflito no âmbito administrativo, segundo procedimentos específicos a serem definidos pela **ANEEL**.

IV. no caso de outorga para captação de água e lançamento de efluentes, o outorgado terá garantido o livre acesso e o uso de área necessária marginal ao reservatório, sem prejuízo das responsabilidades descritas nos itens a, b e c do inciso V e no inciso VII;

V. estabelecer que, nos contratos de cessão de direito de uso de áreas marginais aos reservatórios, fiquem claramente definidas as condições de operação e segurança das **Centrais Geradoras** e as restrições e responsabilidades a serem observadas pelos usuários, especialmente:

a) as que obrigam a observância e o cumprimento da legislação pertinente, referentes à proteção do meio ambiente, aos usos dos recursos hídricos, aos direitos de mineração e ao Código Florestal;

b) as restrições relativas à instalação de edificações permanentes ou temporárias, utilização do solo, lançamento de efluentes não tratados, aterros sanitários ou entulhos de qualquer espécie;

c) os prazos de vigência, bem com os critérios de prorrogação, não admitindo ultrapassar o prazo da concessão de geração de energia elétrica.

VI - estabelecer que a **Concessionária** responda pelas áreas dentro de sua concessão, no que for de sua estrita competência, não eximindo os usuários das responsabilidades naquilo que lhes couberem;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

VII. determinar que as atividades oriundas dos contratos de cessões onerosas, sejam obrigatoriamente contabilizadas separadamente e ainda que:

- a) o eventual valor líquido positivo apurado, resultante das cessões onerosas, seja, obrigatoriamente reinvestido pela **Concessionária**, em benefício da conservação dos recursos hídricos e do meio ambiente da bacia hidrográfica onde estiver inserido o empreendimento hidrelétrico, ou segundo procedimentos específicos a serem definidos pela **ANEEL**;
- b) os Contratos, demonstrativos e registros das atividades deverão ser mantidos pela **Concessionária**, ficando à disposição da Fiscalização da **ANEEL**;
- c) as referidas atividades sejam controladas em conta bancária vinculada, aberta para esse fim, registrada contabilmente em nível suplementar, até a definitiva aplicação dos recursos.

VIII. o uso das áreas marginais e ilhas no reservatório das **Centrais Geradoras**, pela própria **Concessionária**, para outras finalidades diferentes do objeto da concessão outorgada e do disciplinamento neste Contrato, deverá ser previamente autorizado pela **ANEEL**.

Subcláusula Terceira - A descoberta de materiais ou objetos estranhos à obra, de interesse geológico ou arqueológico, deverá ser imediatamente comunicada ao órgão competente, por serem de propriedade da UNIÃO. Caso tal descoberta implique paralisação das obras dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, o cronograma físico será revisto pela **Concessionária** e submetido à **ANEEL** para aprovação.

Subcláusula Quarta - A **Concessionária** deverá apresentar à **ANEEL**, nos prazos por esta estabelecidos, relatórios de informações técnicas abrangendo a situação física das instalações, as manutenções realizadas e os aspectos críticos dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**.

Subcláusula Quinta - A **Concessionária** deverá submeter ao exame e aprovação da **ANEEL**, tendo por objeto a transferência de tecnologia, assistência técnica e prestação de serviços de forma contínua e regular, nas hipóteses, condições e segundo procedimentos estabelecidos em regulamento específico, os contratos, convênios, acordos ou ajustes celebrados entre a **Concessionária** e acionistas pertencentes ao seu Grupo Controlador, diretos ou indiretos, ou empresas controladas ou coligadas, bem como os contratos celebrados com:

- I. pessoas físicas ou jurídicas que, juntamente com a **Concessionária**, façam parte, direta ou indiretamente, de uma mesma empresa controlada; e,
- II. pessoas físicas ou jurídicas que tenham diretores ou administradores comuns à **Concessionária**.

Subcláusula Sexta - A **Concessionária** deverá atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e aos encargos oriundos da legislação e normas regulamentares estabelecidas pelo **Poder Concedente** e pela **ANEEL**, bem como a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, especialmente os seguintes pagamentos:

- I. compensação financeira pela exploração de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora, nos termos da legislação pertinente;
- II. quotas mensais da "Conta de Consumo de Combustíveis- CCC", nos termos dos incisos III e IV do art. 16 do Decreto nº 2.003, de 1996, da Lei nº 9.648, de 1998, e do Decreto nº 2.655, de 1998, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora;
- III. taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica, com base na regulamentação pertinente, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora;
- IV. pagamento pelo uso do bem público, conforme estabelecido na Cláusula Sexta deste Contrato;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

V. encargos de uso do sistema de transmissão e de distribuição de energia elétrica, quando devidos, celebrando, em conformidade com a regulamentação específica, os contratos de uso e de conexão requeridos.

Subcláusula Sétima - A **Concessionária** aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. Para o cumprimento desta obrigação a **Concessionária** deverá apresentar à **ANEEL**, em abril de cada ano, a partir da entrada em operação dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, um Programa contendo as ações e suas metas físicas e financeiras, observadas as diretrizes para sua elaboração, bem como a comprovação do cumprimento das obrigações junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, na forma que dispuser o regulamento da referida lei.

Subcláusula Oitava - O descumprimento das obrigações da Subcláusula anterior, bem como das metas físicas estabelecidas no Programa anual, ainda que parcialmente, sujeitará a **Concessionária** à penalidade de multa, limitada esta ao valor mínimo que deveria ser aplicado conforme Subcláusula anterior. Havendo cumprimento das metas físicas sem que tenha sido atingido o percentual mínimo estipulado, a diferença será obrigatoriamente acrescida ao montante mínimo a ser aplicado no ano seguinte, com as conseqüentes repercussões nos programas e metas.

Subcláusula Nona - A garantia de cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, prestada pela **Concessionária** conforme item 9.4 e subitens 9.4.1 e 9.4.2 do Edital de Leilão que lhe deu origem, no valor de R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) vigorará até 3 (três) meses após o início da operação da última unidade geradora das **Centrais Geradoras**, podendo ser substituída por novas garantias, de valor progressivamente menor, à medida que, de acordo com a fiscalização da **ANEEL**, forem atingidos os marcos descritos no quadro a seguir:

Ordem	Marco	Valor (R\$)
1	Assinatura do Contrato de Concessão	38.000.000,00
2	Início da concretagem da casa de força	22.800.000,00
3	Descida do rotor da 1ª turbina	15.200.000,00

Subcláusula Décima - Compete à **Concessionária** captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** regulados neste Contrato.

Subcláusula Décima Primeira -- Na contratação de serviços e na aquisição de materiais e equipamentos vinculados ao serviço objeto deste Contrato, a **Concessionária** deverá considerar ofertas de fornecedores nacionais atuantes no respectivo segmento e, nos casos em que haja equivalência entre as ofertas, obriga-se a assegurar preferência a empresas localizadas no território brasileiro.

Subcláusula Décima Segunda - O descumprimento do disposto nesta Cláusula sujeitará a **Concessionária** às sanções previstas neste Contrato e na legislação que rege a exploração de potenciais hidráulicos e a aplicação de penalidades de que trata a Subcláusula Sétima da Cláusula Nona e a Cláusula Décima.

CLÁUSULA OITAVA- PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA

A concessão para a exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** referidos na Cláusula Primeira deste Contrato, confere à **Concessionária**, dentre outras, as seguintes prerrogativas:

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

- I. promover de forma amigável a liberação, junto aos proprietários, das áreas de terra necessárias à implantação do **Aproveitamentos Hidrelétricos**. Após esgotadas todas as tratativas amigáveis, caso solicitada, a **ANEEL** promoverá, na forma da legislação e regulamentação específica, a declaração de utilidade pública desses terrenos e benfeitorias, na forma da Lei, para fins de desapropriação ou instituição de servidões administrativas, cabendo à **Concessionária** as providências necessárias para sua efetivação e o pagamento das indenizações;
- II. construir estradas e implantar sistemas de telecomunicações, sem prejuízo de terceiros, para uso exclusivo na exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, respeitada a legislação pertinente;
- III. acessar livremente, na forma da legislação, os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos, de modo a transmitir a energia elétrica produzida nas **Centrais Geradoras** aos pontos de entrega ou de consumo que resultarem de suas operações;
- IV. modificar ou ampliar, desde que previamente autorizado pela **ANEEL**, os **Aproveitamentos Hidrelétricos**;
- V. comercializar, nos termos do presente Contrato e de outras disposições regulamentares e legais, a potência e energia das **Centrais Geradoras**.

Subcláusula Primeira - As prerrogativas decorrentes da exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** objeto deste Contrato não conferem à **Concessionária** imunidade ou isenção tributária, ressalvadas as situações expressamente indicadas em norma legal específica.

Subcláusula Segunda - Observada a legislação específica, a **Concessionária** poderá oferecer, em garantia de contratos de financiamento, os direitos emergentes da concessão, compreendendo, dentre outros, a energia elétrica a ser produzida e a receita decorrente dos contratos de compra e venda dessa energia, bem como os direitos e instalações utilizados para a sua produção, ficando esclarecido que a eventual execução da garantia não poderá comprometer a continuidade da exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**.

Subcláusula Terceira - A **Concessionária** poderá estabelecer linhas de transmissão destinadas ao transporte de energia elétrica produzida nos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, sendo-lhe facultada a aquisição negociada das respectivas servidões, mesmo em terrenos de domínio público e faixas de domínio de vias públicas, com sujeição aos regulamentos administrativos.

Subcláusula Quarta - As prerrogativas conferidas à **Concessionária** em função deste Contrato não afetarão os direitos de terceiros e dos usuários de energia elétrica, que ficam expressamente ressalvados.

Subcláusula Quinta - As **Concessionárias**, para viabilizar a contratação de financiamentos para a execução das obras e a implantação do **Aproveitamento Hidrelétrico**, poderão constituir uma empresa de propósito específico - EPE, com participação proporcional às respectivas quotas-partes no Consórcio, sob seu controle majoritário direto, transferindo-lhe, até a liquidação dos financiamentos, a propriedade dos ativos do **Aproveitamento Hidrelétrico**, desde que a referida transferência seja previamente aprovada pela **ANEEL**, mediante proposta devidamente fundamentada e exame da qualificação da EPE, do seu ato constitutivo e dos demais documentos exigidos na forma da lei.

Subcláusula Sexta - Para os efeitos previstos na Subcláusula anterior, o ato constitutivo da EPE e o termo de transferência ou cessão dos ativos deverão contemplar cláusulas específicas estabelecendo a integral submissão da mesma às cláusulas deste Contrato e às normas legais e regulamentares, devendo a EPE executá-lo fielmente, sem exclusão ou prejuízo de qualquer obrigação estabelecida neste Contrato.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

O andamento das obras e a exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** serão acompanhados, fiscalizados e regulados pela **ANEEL**.

Subcláusula Primeira - A Fiscalização abrangerá o acompanhamento e o controle das ações da **Concessionária** nas áreas administrativa, contábil, técnica e econômica-financeira, podendo a **ANEEL** estabelecer diretrizes de procedimento ou sustar ações que considere incompatíveis com as exigências para exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**.

Subcláusula Segunda - Os servidores da **ANEEL** ou os prepostos por este especialmente designados, terão livre acesso, em qualquer época, a pessoas, obras, instalações e equipamentos vinculados aos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, inclusive seus registros contábeis, podendo requisitar, de qualquer setor ou pessoa da **Concessionária**, informações e esclarecimentos que permitam aferir a correta execução deste Contrato, bem como os dados considerados necessários para o controle estatístico e planejamento do sistema elétrico nacional, devendo ser observado pela **Concessionária** os seguintes procedimentos:

I. Antes do início das obras, deverá ser apresentado à **ANEEL** a licença ambiental de instalação, emitida pelo órgão competente;

II. Ao término dos ensaios operacionais da primeira unidade, cujo programa de realização deverá ser informado à **ANEEL** com trinta dias de antecedência, e mediante apresentação da Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental responsável, o início da operação comercial dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** será autorizado pela **ANEEL** no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante certificado, quando comprovada sua adequação técnica e após inspeção e ensaios dos equipamentos, obras e instalações, verificando se as mesmas foram executadas de acordo com os projetos aprovados e encontram-se dotadas dos elementos necessários a uma eficiente exploração, conforme procedimentos descritos no Apêndice I deste Contrato.

Subcláusula Terceira - A Fiscalização técnica abrangerá:

- I. a execução dos projetos de obras e instalações;
- II. a exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**;
- III. a observância das normas legais e contratuais;
- IV. o cumprimento das cláusulas contratuais;
- V. a utilização e o destino da energia;
- VI. a operação do reservatório; e
- VII. a qualidade e a comercialização do produto.

Subcláusula Quarta - A Fiscalização econômica-financeira compreenderá a análise e o acompanhamento das operações financeiras, os registros nos livros da **Concessionária**, balancetes, relatórios e demonstrações financeiras, prestação anual de contas e quaisquer outros documentos julgados necessários para uma perfeita avaliação da gestão da concessão.

Subcláusula Quinta - A **ANEEL** poderá determinar à **Concessionária** a rescisão de qualquer contrato por ela celebrado, quando verificar que dele possam resultar danos aos **Aproveitamentos Hidrelétricos**.

Subcláusula Sexta - A fiscalização da **ANEEL** não diminui nem exime as responsabilidades da **Concessionária**, quanto à adequação das suas obras e instalações, à correção e legalidade de seus registros contábeis e de suas operações financeiras e comerciais.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

Subcláusula Sétima - O desatendimento, pela **Concessionária**, das solicitações, notificações e determinações da fiscalização implicará a aplicação das penalidades autorizadas pelas normas que disciplinam a exploração dos potenciais de energia hidráulica estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

Pelo descumprimento das disposições legais, regulamentares e contratuais, pertinentes à exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, a **Concessionária** estará sujeita às penalidades de advertência ou multa, conforme legislação em vigor, especialmente aquelas estabelecidas em Resolução da **ANEEL**, sem prejuízo do disposto nos incisos III e IV do art. 17, do ANEXO I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, e nas Cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda deste Contrato.

Subcláusula Primeira - A **Concessionária** estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela **ANEEL**, no valor máximo, por infração incorrida, de 2% (dois por cento) do valor do faturamento anual da **Concessionária** ou do valor estimado da energia produzida, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto da infração ou estimado para este período de doze meses, caso os **Aproveitamentos Hidrelétricos** não estejam em operação ou estejam operando por período inferior a doze meses.

Subcláusula Segunda - As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, guardando proporção com a gravidade da infração, assegurada à **Concessionária** o direito de ampla defesa e ao contraditório.

Subcláusula Terceira - Quando a penalidade consistir em multa por descumprimento de disposições legais, regulamentares e contratuais e o respectivo valor não for recolhido no prazo fixado, a **ANEEL** promoverá sua cobrança judicial, por via de execução, na forma da legislação específica.

Subcláusula Quarta - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou descumprimento de notificação ou determinação do **Poder Concedente** para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e neste Contrato, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da **Concessionária** perante o **Poder Concedente**, a **ANEEL**, os usuários e terceiros.

Subcláusula Quinta - Além das penalidades previstas nesta cláusula, o descumprimento do disposto no item XV da Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima implicará na execução da garantia do contrato, conforme processo administrativo instaurado especialmente para este fim, assegurada à **Concessionária** o contraditório e o direito de ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INTERVENÇÃO NA CONCESSÃO

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a **ANEEL** poderá intervir na concessão, a qualquer tempo, para assegurar a adequada exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** ou o cumprimento, pela **Concessionária**, das normas legais, regulamentares e contratuais.

Subcláusula Primeira - A intervenção será determinada por Resolução **ANEEL**, que designará o Interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, devendo ser instaurado, dentro de 30 (trinta) dias seguintes ao da publicação da resolução, o correspondente procedimento administrativo, para comprovar as causas determinantes da medida e as responsabilidades incidentes, assegurando-se à **Concessionária** direito de ampla defesa e ao contraditório.

RECURSADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

Subcláusula Segunda - Se o procedimento administrativo não for concluído dentro de 180 (cento e oitenta) dias, considerar-se-á inválida a intervenção, devolvendo-se à **Concessionária** a administração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos**, sem prejuízo de seu direito à indenização.

Subcláusula Terceira - Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que esta não observou os pressupostos legais e regulamentares, devendo a concessão ser imediatamente devolvida à **Concessionária**, sem prejuízo de seu direito à indenização.

Subcláusula Quarta - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** será devolvida à **Concessionária**, precedida de prestação de contas pelo Interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO E REVERSÃO DOS BENS E INSTALAÇÕES VINCULADOS

A concessão para exploração dos **Aproveitamentos Hidrelétricos** regulada por este Contrato considerar-se-á extinta, nos seguintes casos:

- I. pelo advento do termo final do contrato;
- II. pela encampação;
- III. pela caducidade;
- IV. pela rescisão;
- V. pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- VI. em caso de falência ou extinção da **Concessionária**.

Subcláusula Primeira - O advento do termo final do Contrato opera, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à **ANEEL**, a seu exclusivo critério, prorrogar o presente Contrato até a assunção da nova **Concessionária**.

Subcláusula Segunda - No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados aos **Aproveitamentos Hidrelétricos** passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela **ANEEL**, e apurados em auditoria da **ANEEL**.

Subcláusula Terceira - Para atender ao interesse público, mediante lei autorizativa específica, o **Poder Concedente** poderá promover a encampação dos bens e instalações, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, apurados em auditoria da **ANEEL**.

Subcláusula Quarta - Verificada qualquer das hipóteses de inadimplência previstas na legislação específica e neste Contrato, a **ANEEL** poderá promover a declaração de caducidade da concessão se a **Concessionária**, notificada, não corrigir as falhas apontadas e restabelecer a normalidade da execução do Contrato, no prazo para tanto estabelecido.

Subcláusula Quinta - A declaração de caducidade será precedida de processo administrativo para verificação das infrações ou falhas da **Concessionária**, que assegure o contraditório e ampla defesa à **Concessionária**, que terá direito à indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela **ANEEL**, e apurados em auditoria da **ANEEL**. Do valor da indenização devida à **Concessionária** serão descontados os valores de eventuais multas aplicadas pela **ANEEL** e de danos causados pela **Concessionária**.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

Subcláusula Sexta - O processo administrativo mencionado na Subcláusula anterior não será instaurado até que a **Concessionária** tenha sido dado conhecimento, em detalhes, de tais infrações contratuais, bem como tempo suficiente para providenciar as correções de acordo com os termos deste Contrato.

Subcláusula Sétima - A decretação da caducidade não acarretará para o **Poder Concedente** ou para a **ANEEL**, qualquer responsabilidade em relação aos ônus, encargos ou compromissos com terceiros que tenham sido contratados pela **Concessionária**, nem com relação aos empregados desta.

Subcláusula Oitava - Poderá a **ANEEL**, ao declarar a caducidade da concessão, promover nova licitação ou outorga e utilizar os recursos gerados para a indenização devida, podendo, inclusive, transferir diretamente aos credores da **Concessionária** a parcela que a eles couber, até o valor dos débitos não liquidados e observado o limite da indenização que seria devida no caso de caducidade.

Subcláusula Nona - Mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, poderá a **Concessionária** promover a rescisão deste Contrato, no caso de descumprimento, pelo **Poder Concedente** ou pela **ANEEL**, das normas aqui estabelecidas. Nessa hipótese, a **Concessionária** não poderá interromper ou paralisar a geração da energia elétrica, enquanto não transitar em julgado a decisão judicial que decretar a extinção deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO E DA CONCESSÃO

Mediante prévia anuência da **ANEEL**, a concessão ou o controle acionário da **Concessionária** poderá ser transferido a empresa, ou consórcio de empresas, que comprovar as condições de qualificação técnica e econômico-financeira, bem como de regularidade jurídica e fiscal previstas no Edital de Leilão que originou este Contrato e que se comprometer a executá-lo conforme as cláusulas deste instrumento e as normas legais e regulamentares então vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS E FORO DO CONTRATO

Resguardado o interesse público, na hipótese de divergência na interpretação ou execução de dispositivos do presente Contrato, a **Concessionária** poderá solicitar às áreas organizacionais da **ANEEL** afetas ao assunto, a realização de audiências com a finalidade de harmonizar os entendimentos, conforme procedimento aplicável.

Subcláusula Única - Para dirimir as dúvidas ou controvérsias não solucionadas de modo amigável, na forma indicada no *caput* desta Cláusula, fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa das partes a outros, por mais privilegiados que forem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO

O presente Contrato será registrado e arquivado na **ANEEL**, que providenciará dentro dos 20 (vinte) dias que se seguirem à sua assinatura, a publicação de seu extrato no Diário Oficial.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 7 (sete) vias de igual teor, que são assinadas pelos representantes da **ANEEL** e da **Concessionária**, juntamente com testemunhas, para os devidos efeitos legais.

Brasília - DF, em 29 de agosto de 2001.

PELA ANEEL:

José Mário Miranda Abdo
Diretor-Geral

PELA CEMIG Capim Branco Energia S.A.

Guy Maria Villela Paschoal
Diretor-Presidente

Stalin Amorim Duarte
Diretor

PELA COMERCIAL AGRÍCOLA PAINEIRAS LTDA.

Anthony Andrade Silva
Por Procuração

Marcos Francisco Gardano
Por Procuração

PELA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Rômulo Magalhães Guerra
Por Procuração

José Maciel Duarte de Paiva
Por Procuração

PELA COMPANHIA MINEIRA DE METAIS

Antônio Miguel Marques
Diretor

Jayme Marques Filho
Por Procuração

PELA CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S.A.

João Augusto Chagas Pestana
Por Procuração

Cid Alvim Lopes de Resende
Por Procuração

TESTEMUNHAS:

Manoel Rafael de Oliveira Neto
CPF: 134.399.446-20

Luciano Pacheco Santos
CPF: 037.572.934-87

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

APENDICE I AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 090/2001 - ANEEL

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços consistirão essencialmente na inspeção e avaliação das instalações e equipes de operação e manutenção, visando verificar se os **Aproveitamentos Hidrelétricos** foram construídos de acordo com o respectivo projeto básico e que se encontra concluída e devidamente aparelhada de todos os elementos necessários para uma eficiente exploração.

Neste sentido as atividades a serem executadas devem abranger, no mínimo e segundo as normas técnicas e legislação vigentes, os aspectos listados a seguir:

1. Avaliação das condições de segurança e conservação das barragens, demais estruturas civis, e órgãos de descarga, verificando se:

- a construção foi de acordo com o projeto básico e se existem eventuais implicações que comprometam a segurança;
- os procedimentos e instrumentos de monitoramento e manutenção são suficientes e adequados;
- os recursos humanos envolvidos detém formação técnica e treinamento suficientes e adequados;
- os órgãos de descarga, encontram-se em condições adequadas de funcionamento e conservação e se existem procedimentos de avaliação periódica preventiva;
- a capacidade de vertimento é adequada e de acordo com a de projeto;
- existe monitoramento e procedimentos de controle de cheias.

2. Avaliação das condições gerais de segurança e salubridade dos operadores, eventuais visitantes e populações adjacentes ao empreendimento, verificando :

- treinamento de segurança do pessoal é adequado em função do risco (medidas preventivas, primeiros socorros, combate a incêndio);
- disponibilidade e utilização adequada de equipamentos de proteção individual e coletivos;
- instalações aparelhadas de forma suficiente e adequada (equipamentos de proteção contra incêndio, maleta de primeiros socorros);
- dimensionamento de recursos próprios frente a disponibilidade de recursos externos (corpo de bombeiros, hospitais, estradas, polícia, aeroporto, etc...);
- vigilância patrimonial é suficiente e adequada;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

- sinalização de advertência, cerca de proteção em áreas de risco;
- procedimentos de segurança em manutenções.

3. Avaliação dos procedimentos gerais de operação e manutenção, verificando:

- existência e adequação dos procedimentos de operação;
- existência e adequação dos procedimentos de manutenção;
- conhecimento e acesso dos técnicos aos procedimentos de operação e manutenção;
- os recursos humanos envolvidos detêm formação técnica e treinamento suficientes e adequados;
- escala de operadores, plantão da manutenção;
- política de sobressalentes.

4. Avaliação da correspondência da configuração da casa de força com a descrita no projeto e de sua confiabilidade, compreendendo: .

- configuração geral das unidades geradoras, esquemas de operação;
- configuração equipamentos auxiliares e esquemas de operação (sistema de drenagem e esgotamento, sistema de ar comprimido, água de resfriamento, pórticos e pontes rolantes, comportas);
- sistema de alimentação dos serviços auxiliares;
- esquemas de comandos (partida, parada alteração de carga);
- esquemas de proteções, monitoramento e sinalização.

5. Desempenho dos equipamentos quanto a confiabilidade, condições de projeto, compreendendo:

- ensaios de atuação de comandos e controles,
- ensaio de pelo menos um dos grupos geradores conforme NBR 11374 (ensaio de rendimento - confrontar com o de projeto. Medição de vazão poderá ser por outros métodos);
- ensaio de pelo menos um dos geradores elétricos conforme NBR5117 e NBR5052;
- ensaio de vibração da unidade geradora;
- comportamento das unidades frente a perturbações do sistema elétrico;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

- avaliação do comportamento térmico de mancais;
- acompanhar em tempo real comportamento e regime típico de operação da central.

Sem prejuízo da obrigação da **Concessionária** na prestação de serviço adequado e do que não estiver sido especificado acima.

Os custos associados aos ensaios serão todos por conta da **Concessionária**.

Os ensaios poderão, ser realizados de forma coincidente com os de comissionamento desde que de acordo com as orientações e especificações técnicas da ANEEL e acertados com pelo menos 30 dias de antecedência.

RECURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	